

A GUARDA NEGRA NAS PÁGINAS DO CIDADE DO RIO

HUMBERTO FERNANDES MACHADO*

A historiografia praticamente ignorou uma associação constituída por libertos, que se desenvolveu na fase de agonia do regime monárquico na cidade do Rio de Janeiro. A Guarda Negra da Redentora, como ficou conhecida na época, não recebeu a atenção devida ou, quando abordada, foi de maneira preconceituosa, endossando simplesmente a visão das elites dirigentes contemporâneas, as quais a consideravam como produto das manifestações de desordeiros ou desocupados. No entanto, ela apresentou outras nuances vinculadas ao envolvimento de grupos urbanos na campanha abolicionista; expressão, inclusive, de um período de ebulição que marcou a década de 1880. Ela se inseriu também no próprio debate entre republicanos e monarquistas, logo após a extinção legal do escravismo, em virtude da rejeição por parte de setores populares da Corte, especialmente dos libertos, aos defensores da República.

A transição para o trabalho livre se desenvolveu de uma forma mais rápida nas cidades, incorporando novas camadas sociais ligadas às atividades manufatureiras e comerciais. A adesão desses setores, no caso do Rio de Janeiro, à luta antiescravista pode ser avaliada pela sua participação em eventos como conferências e comícios abolicionistas, além das manifestações de rua nos anos que antecederam a extinção legal do cativo. O abolicionismo local assumiu um maior grau de contestação com manifestações que marcaram o período e extrapolaram a luta antiescravista.

A cidade refletia esse momento de transição: a prosperidade derivada das transações comerciais e o uso mais acentuado da mão de obra assalariada, nas manufaturas emergentes, conviviam com os traços inerentes às estruturas arcaicas da velha sociedade colonial apoiada no braço do cativo. O alemão Carl Von Koseritz (1830-1890) retratou muito bem este aspecto, destacando as “novidades” abundantes nas casas comerciais: “[...] vitrinas brilhantes mostram os produtos da indústria europeia e inúmeros artigos de luxo são nelas expostos”. Ao mesmo tempo, criticou a existência de escravos que perambulavam pelas “ruas estreitas e sombrias”. (1980: 31,

EDMUNDO, 1957). Assim, os hábitos europeizados das elites da cidade contrastavam com a maciça presença dos escravos.

* Professor do Programa de Pós-graduação em História da UFF

Esse espaço, repleto de diferenças marcantes, caracterizado pelo cosmopolitismo e incorporação das “novidades” europeias e das ideias de progresso e civilização que se opunham ao escravismo, favoreceu a participação popular em diversos eventos de cunho abolicionista. Esses eram incentivados pela imprensa, na qual se destacavam os jornais de José do Patrocínio (1853-1905): a *Gazeta da Tarde*, durante a década de 1880, e o *Cidade do Rio*, nos meses finais que antecederam a extinção legal do cativo.

Apesar das condições desfavoráveis, em função do alto grau de analfabetismo, houve um crescimento da quantidade de leitores e de grupos intelectualizados nas cidades, especialmente no Rio de Janeiro, a partir da década de 1880. (CONRAD, 1978: 182) Os jornais conseguiam propagar as “novidades” da época e as ideias contrárias ao cativo entre a população alfabetizada. A influência dos periódicos pode ser aquilatada pelas várias manifestações de rua envolvendo jornalistas e pela transformação das próprias redações em locais divulgadores das posições antiescravistas. Assim, a imprensa ajudava a ampliar a opinião pública que não se restringia mais às elites intelectuais, embora a linguagem dos jornais se dirigisse a esse setor. O seu maior envolvimento na campanha abolicionista, “ganhando as ruas”, favoreceu um maior engajamento de setores populares. (MACHADO, in Revista da SBPH, 1998: 74. MACHADO, 1994: 162-166. BERGSTRESSER, 1973: 9-18).

Da mesma forma, os jornais também “ganham as ruas” da cidade: vendedores ambulantes, constituídos por “[...] rapazinhos italianos, negros e mulatos, que nos deixam quase surdos com a sua gritaria [...]” oferecem os diversos periódicos. (KOSERITZ, 1980:52-53) Por outro lado, surgem também pontos de venda, como quiosques, que os distribuíam juntamente com livros, impressos, flores, doces, charutos, cigarros, pequenas miudezas, café e refrescos. Nesses locais, por onde circulavam as notícias, era comum a leitura dos textos em voz alta, sendo que os jornais eram mais

ouvidos e vistos do que lidos. A "leitura de ouvido" fazia com que as ideias abolicionistas fossem difundidas mesmo a analfabetos. As pessoas começavam a tomar maior contato com as notícias através da publicidade efetuada pelos próprios jornaleiros, interessados nas vendas. (MACHADO, in Revista da SBPH, 1998: 74. GOULART, 1987. BARBOSA, 2000: 200) A “questão do elemento servil” tornou-se o assunto principal da pauta dos periódicos.

Portanto, a luta antiescravista se expandiu com a participação dos segmentos populares. Os novos atores políticos estavam ávidos para externarem seus anseios e insatisfações, contidos até então. Nada mais natural em virtude das condições existentes na cidade, onde escravos e libertos conviviam com mulatos e brancos pobres marginalizados pelas elites. As dificuldades relativas a um mercado de trabalho incipiente, sem condições de absorver uma mão de obra cada vez mais abundante em função do próprio papel exercido pela cidade como polo de atração de imigrantes e elementos originários das zonas rurais, proporcionaram o surgimento de um amplo contingente de desempregados e subempregados. A extinção legal do cativo por outro lado ocasionou o aumento dessa força de trabalho, teoricamente “livre”, vivendo, conforme José Murilo de Carvalho, “nas tênues fronteiras entre a legalidade e ilegalidade, às vezes participando simultaneamente de ambas.” (1987: 17)

Assim, a marginalização dos segmentos mais pobres da população e as circunstâncias adversas, que não possibilitavam o exercício pleno do direito de cidadania, favoreceram a proliferação de grupos que utilizavam expedientes notoriamente considerados escusos, para a obtenção de meios para a sua sobrevivência. Esses segmentos despossuídos, nas comemorações festivas pela abolição, elegeram como heróis, aquelas figuras com as quais se identificavam, tais como: José do Patrocínio e a Princesa Isabel (1846-1921). O processo de mitificação da Princesa Isabel, com o apoio dos abolicionistas entre os quais Patrocínio e Joaquim Nabuco (1849-1910), provocava a ira dos republicanos que os acusavam de “vendidos” ao Império. Os ataques à monarquia se vinculavam ao pleito de muitos fazendeiros por indenização em virtude do fim oficial do cativo, engrossando as hostes republicanas, como última tentativa de conseguirem o atendimento às suas reivindicações – os

“Republicanos de 14 de maio” - como Patrocínio os denominava. (MACHADO, in RIBEIRO & FERREIRA, 2010: 301 – 307)

Assim, as divergências já existentes entre o jornalista e os republicanos, devido à condução do movimento abolicionista, acentuaram-se após a abolição, principalmente pelo apoio de Patrocínio à Guarda Negra. Quintino Bocaiúva (1836-1912), Silva Jardim (1860-1891) e Rui Barbosa (1849-1923) entraram no rol dos seus desafetos, acusados, conforme o jornalista, de defensores dos “republicanos escravocratas”. As polêmicas com Rui Barbosa relacionaram-se à questão dos “crimes” efetuados pelos escravos contra os senhores e feitores durante o cativeiro. Rui Barbosa favorável à punição, enquanto Patrocínio alegava que eles eram decorrentes da violência do cativeiro. A questão só foi resolvida com a república, quando os ex-escravos foram anistiados. O embate com Quintino Bocaiúva originou-se das disputas eleitorais dentro do Partido republicano da Corte, acentuando-se com os conflitos ocorridos na cidade entre republicanos e Guarda Negra. (MACHADO, in RIBEIRO & FERREIRA, 2010: 310 - 311. MAGALHÃES JR., 1969:253-255. *GAZETA DA TARDE*. 9 DE SETEMBRO DE 1884. *CIDADE DO RIO*. 3 E 4 DE JANEIRO DE 1889)

Os atritos com Silva Jardim assumiram uma maior dimensão devido ao conflito ocorrido durante uma Conferência do propagandista republicano na Sociedade Francesa de Ginástica, próximo ao Largo do Rocio, no centro do Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1888. Durante o evento, membros da Guarda Negra interromperam o seu discurso de forma violenta. Silva Jardim assinalou que havia um clima propício ao embate entre os republicanos e a associação de libertos, já que o proprietário do Teatro Politeama, local escolhido anteriormente para a realização da Conferência, fora ameaçado por um “grupo de pretos”, caso alugasse o espaço para o evento. Assim, a opção por outro local – Sociedade Francesa de Ginástica- foi decorrente desse quadro adverso e seria “mais seguro para os ouvintes, de melhor defesa, em caso de ataque”. (JARDIM, 1978: 314/315)

Ele responsabilizou o governo pela omissão, em especial João Alfredo, presidente do Conselho de Ministros, acusando-o de ser o presidente honorário da Guarda Negra, e Patrocínio por dar cobertura no *Cidade do Rio* à associação. Relatou

que no meio de sua Conferência “os assistentes foram atacados”, e ocorreu uma “luta renhida”, e se não fosse “a defesa heróica e extraordinária dos corajosos ouvintes que estavam no salão, a minha e as suas pessoas teriam sido vítimas da crueldade dos assaltantes”. Destacou também que o ambiente foi alvo de pedradas e “constantes tiros”, inexistindo condições para a continuidade do evento, já que a própria polícia só “interveio quando viu ser grande o estrago nos que fizera seus”. Ele assinalou que muitos feridos eram republicanos, culpando a polícia por omissão que só interveio quando viu “ser grande o estrago nos que fizera seus”. (IDEM, IBIDEM: 317)

A oposição aos defensores da República não se limitava a Patrocínio. A população mais humilde, incluindo os libertos, mulatos e brancos pobres, como já destacamos, identificava a Princesa Isabel como a “heroína” e “defensora” dos oprimidos. As ideias republicanas não tinham grande penetração nos chamados “setores populares”, sendo que o próprio Imperador detinha grande prestígio entre esses segmentos. (CARVALHO, 1987: 29-31. DAIBERT, 2004) Exemplo notável do ponto de vista desses setores em relação à monarquia é a atuação do alferes Cândido da Fonseca Galvão, D. Obá II d’África, ou Príncipe Obá, combatente na Guerra do Paraguai, frequentador assíduo do Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, recebido pelo Imperador Pedro II e verdadeiro rei das ruas da Corte. Como Eduardo Silva observa, parcela expressiva dessa população o reverenciava como um verdadeiro príncipe real, sendo que ele, como muitos libertos, via com “azedume” a atuação dos republicanos porque considerava a Coroa uma instituição sagrada. (1997: 138) A reação desses libertos pode ser atribuída também à possibilidade de uma eventual reescravização, vinculando-a aos projetos de indenização que estavam sendo defendidos por setores republicanos, como já assinalamos. Assim, nada mais natural que a defesa da monarquia e uma oposição aos republicanos.

Portanto, Patrocínio tinha grande respaldo desses setores quando refutava as acusações dos republicanos, incluindo Silva Jardim, pelos acontecimentos. Segundo o jornalista, eles promoviam uma verdadeira “campanha de difamação” contra a monarquia e a Princesa Isabel, além das agressões contra os libertos e de uma maneira geral contra os “homens de cor”. Segundo o jornalista, os ataques aos libertos pelos

republicanos iniciaram-se antes, mencionando um confronto, em 23 de dezembro, domingo anterior à conferência republicana, quando “cinco cidadãos de cor preta” foram atingidos por “pedradas e tiros e repartindo ferimentos e sustos com outros cidadãos que faziam tranquilamente a sua refeição no Hotel Petit-Console”, no centro da cidade. (*CIDADE DO RIO*. 31 DE DEZEMBRO DE 1888)

Ele destacou que, nos acontecimentos da Sociedade Francesa de Ginástica, a Guarda Negra revidou às provocações dos republicanos que, no interior do clube, davam “vivas à República”, enquanto fora a “multidão continua a bradar: - Viva a monarquia, viva Isabel Redentora”, e quando foram disparados tiros, por parte de republicanos, a “multidão armada de pedras” atacou o edifício. Segundo o *Cidade do Rio*, foram feridos vários “homens de cor” por armas de fogo. A intervenção da polícia acabou com o confronto, mas os distúrbios mantiveram-se durante o resto do dia, como os ataques desferidos contra a redação do jornal republicano *O Paíz*, cujo redator era Quintino Bocaiúva. (IDEM, IBIDEM) Patrocínio condenou essa ação com o argumento de preservação da liberdade de imprensa, embora lamentando que aquele periódico nunca tenha se posicionado na defesa do *Cidade do Rio*, quando esse foi alvo de “coices nas portas; depois à pedrada”, por parte dos republicanos. (IBIDEM. 3 DE JANEIRO DE 1889)

Portanto, a Guarda Negra era um reflexo da insatisfação dos grupos marginalizados pela estrutura de poder contra a posição discriminadora das elites e do movimento republicano. A primeira matéria a seu respeito apareceu naquele jornal, através de um convite da “Liga dos Homens de Cor”, convocando os homens negros a fazerem a sua inscrição. Ela se apresentava de uma maneira vaga como defensora dos interesses dos libertos. (*CIDADE DO RIO*. 6 DE JUNHO DE 1888) Evidentemente, essa convocação adquiria uma abrangência maior na medida em que há, por um lado, uma campanha pela indenização e, por outro, os pleitos dos abolicionistas em relação à distribuição de terras e educação básica para os ex-escravos.

Posteriormente, o jornal publicou que na casa de Émile Rouéde (1848-1908), com a participação de libertos, foi criada a “[...] associação que, com o título de *Guarda Negra da Redentora*, se dedicasse em corpo e alma e em todos os terrenos à defesa do

reinado da excelsa senhora que os fez cidadãos.” O periódico anunciou também as diretrizes e estatutos da instituição:

- 1º. - Criar uma associação com o fim de opor resistência material a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o país.
- 2º. - Só poderão fazer parte, como seus sócios ativos, os libertos que se comprometerem a obedecer os mandatos de uma Diretoria eleita, por maioria absoluta, em votação que se efetuará em momento oportuno.
- 3º. - Poderão ser sócios efetivos unicamente os que considerem o ato memorável do dia 13 de maio, acontecimento digno de admiração geral e não motivo para declarar guerra à humanitária princesa que o realizou.
- 4º. - Pedir à Confederação Abolicionista o seu apoio para que esta sociedade se ramifique por todo o império.
- 5º. - Pedir à imprensa que participe desse sentimento o seu valioso concurso.
- 6º. - E último. Aconselhar por todos os meios possíveis aos libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não juraram guerrear o 3º Reinado. (10 DE JULHO de 1888) ¹

A linha de ação estabelecida pelo documento priorizava o apoio incondicional à monarquia e claro a um eventual Terceiro Reinado, sob a égide da Princesa Isabel, a “humanitária princesa”. A crítica aos republicanos fica explícita na sua menção a “qualquer movimento revolucionário” contrário à Monarquia, “instituição” que libertou o país da escravidão. O apoio da Confederação Abolicionista e da imprensa permitiria que a associação ampliasse seu campo de atuação para outras partes do Império. O jornal de Patrocínio buscou estabelecer o grau de legitimidade para a Guarda Negra, cujo objetivo era evitar que ela fosse tachada simplesmente como um grupo de capoeiras e capangas que fazia arruaças, conforme acusações dos republicanos.

A atuação da Guarda Negra, na capital do Império, teve repercussões. Tentativas esparsas de organizações similares ocorreram em São Paulo e na Bahia, mas destituídas de expressividade. Em algumas regiões ocorreram manifestações contrárias, imediatamente aproveitadas pela propaganda republicana. Maria Lúcia Ricci, utilizando textos de jornais favoráveis à República, ressaltou os protestos de “[...] negros das outras Províncias [...] indignados contra esta exploração realizada aos de sua raça [...]”. Em seguida, a autora comentou que a atuação da Guarda Negra recebeu “[...] a mais

1 - Émile Rouéde nasceu em Avignon, fixando-se no Rio de Janeiro na década de 1880, atuando nas artes e letras e participando também da campanha abolicionista em órgãos da imprensa, como o jornal de Patrocínio. (MIRANDA. 2006: 48)

enérgica condenação do restante da população negra do país [...]”, sem explicitar claramente os detalhes dessa “condenação”. Aliás, para a autora a associação era composta por libertos, cuja base era o movimento de capoeiras, inspirados por José do Patrocínio a serviço do trono. (1990: 123-125)

As acusações de vínculos com a capoeiragem aos membros da Guarda Negra era uma estratégia para desqualificar o movimento, visto que os capoeiras eram identificados como desordeiros que provocavam arruaças na cidade do Rio de Janeiro. Pode-se também atribuir esse aspecto aos antecedentes da sua trajetória e as suas relações ambíguas tanto com a campanha abolicionista quanto com a estrutura de poder. Como observa Carlos Eugênio Soares em relação ao assunto, “o tema da abolição cindia ao meio o posicionamento político dos capoeiras”, já que uma parcela se alinhava com a própria polícia da Corte, sendo inclusive “parte integrante da estrutura policial”, durante o Gabinete Conservador do Barão de Cotegipe, provocando inúmeros conflitos com os abolicionistas, em especial durante o ano de 1887, quando a campanha antiescravista na cidade chegou ao seu apogeu. (1999: 248-249. DIAS, 2001) Claro que houve uma tentativa de cooptação dos capoeiras durante os Gabinetes Conservadores, incluindo o de João Alfredo.

Mas, por outro lado, a ação dos capoeiras e a sua arte no manejo de armas, em especial a navalha, nas correrias pelas ruas da cidade provocavam sobressaltos nos governantes e na população de uma maneira geral. As maltas de capoeiras traziam muita insegurança, agravada pelo próprio caráter da sociedade escravista e a especificidade de mobilidade do escravo urbano. A presença marcante de negros nas ruas do Rio de Janeiro reacendia o pavor entre os membros das elites dos fantasmas da Independência do Haiti ou das revoltas dos Malês na Bahia. (AZEVEDO. 1987) O mundo da desordem era uma ameaça ao “mundo da ordem” e do “trabalho”. No entanto, a capoeira só foi criminalizada com a criação do Código Penal republicano, de 1890, e seus membros perseguidos pelo Chefe de Polícia Sampaio Ferraz, o “Cavanhaque de Aço”, e exilados para Fernando de Noronha. (DIAS, 2001: 80-81, 126-127) Logo, as críticas à Guarda Negra se vinculavam também à visão estereotipada em relação ao negro, seja escravo ou liberto, por parte das elites republicanas.

Não há dúvida, também, que o *Cidade do Rio* aproveitava a oportunidade para fazer proselitismo pela monarquia. Em um dos números, na primeira página, bem destacado, publicou um documento cujo conteúdo era um pedido de libertos de Pati de Alferes, na Província do Rio de Janeiro, para que defendesse a Princesa Isabel das calúnias dos “republicanos de 14 de maio”. No texto, os signatários agradeciam a “[...] todos os abolicionistas que obtiveram a liberdade para nós e para os nossos filhos [...]”. Logo depois, os autores reafirmavam a “lealdade” para com aquela a “[...] quem compete ocupar a elevada posição de Imperatriz [...]”. Finalizaram o documento tentando demonstrar que possuíam uma consciência do processo que levou à extinção do cativo.

Comprendemos bem que nossa libertação partiu do povo, representado por um punhado de audazes patriotas que quase no fim da sua gloriosa jornada tiveram o apoio eficaz da excelsa princesa e do Gabinete libertador e por isso não levantaremos armas contra os que nos fizeram cidadãos de uma pátria livre e grande. (25 DE ABRIL DE 1889).

O documento estava assinado por uma pseudo “comissão de libertos”, cuja constituição era formada pelas seguintes pessoas: o primeiro nome era de um branco, Quintiliano Avellar, seguido de dois “pretos”, Ambrósio Teixeira e José dos Santos Pereira; dois “pardos”, João Gomes Batista e Ricardo de Almeida; um “caboclo” F. de Salles Avellar e, por último, um “disfarçado” (talvez mulato) Sérgio dos Santos. (IDEM, IBIDEM) Em primeiro lugar, o texto possuía uma redação efetuada por pessoas com certo grau de instrução. Torna-se difícil acreditar que os “libertos” soubessem ler dentro do conjunto de uma população predominantemente analfabeta. Segundo, como um branco encabeçava um manifesto atribuído a libertos? Terceiro, como já enfatizamos, o jornal de Patrocínio assumiu o papel de defensor da monarquia e, em especial, da Princesa Isabel. Assim era natural que tivesse interesse em divulgar o “manifesto” dos libertos de Pati de Alferes, como os jornais republicanos o faziam com os pronunciamentos contrários.

A partir de meados de 1889, o *Cidade do Rio* reduziu o seu apoio à Guarda Negra. As intervenções violentas da associação, efetuadas nas comemorações do centenário da Revolução Francesa, em 14 de julho, no centro do Rio de Janeiro,

provocaram reações, inclusive de Patrocínio. Os participantes de uma manifestação liderada por entidades republicanas foram atacados por membros da Guarda Negra, ocasionando um conflito na cidade, além de ferimentos entre os oponentes. Patrocínio discorreu sobre os acontecimentos afirmando que a associação desviou-se de seus objetivos preliminares, isto é, opor-se “à onda revolucionária do escravismo”. Apelou para que os negros “[...] mais instruídos se consagrem á propaganda humanitária de esclarecer a seus irmãos, evitando agressões, pois a corporação não tinha por missão agredir, mas defender [...]”. (15 DE JULHO DE 1889)

Outro aspecto, vinculado a essa mudança de comportamento do jornal, que merece ser ressaltado refere-se à substituição do Gabinete João Alfredo, em 7 de junho de 1889, pelo liberal Afonso Celso Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, que governou até o estabelecimento da República. Afonso Celso foi o Ministro da Fazenda quando eclodiu a “Revolta do Vintém”, em janeiro de 1880, movimento popular contra a criação de um imposto que incidia sobre os bondes da cidade. Essa revolta marcou o início da década de 1880 e da luta antiescravista na cidade, com a plena participação de Patrocínio e outras lideranças abolicionistas, conforme já destacamos. (MACHADO, 1998) Essa alteração no governo repercutiu também no comportamento de Patrocínio e o início de seu afastamento da monarquia e aproximação com os republicanos. Por outro lado, a Guarda Negra começou a perder o espaço que possuía nos jornais, isto é no *Cidade do Rio*, enterrada ao som dos clarins da parada militar que derrubou a monarquia. De uma forma melancólica, foi noticiado que um grupo de capoeiras, no dia 22 de novembro de 1889, na Rua do Ouvidor, centro do Rio de Janeiro, dava “vivas à monarquia e morte aos republicanos”. (22 DE NOVEMBRO DE 1889)

Desencadeou-se, no final do ano de 1889, uma perseguição brutal contra os capoeiras e demais *vadios* da cidade, pelo novo Chefe de Polícia republicano Sampaio Ferraz. A *limpeza* da cidade foi efetuada, segundo depoimento do próprio Sampaio Ferraz, através de uma repressão sistemática aos componentes da *Guarda Negra* e aos demais capoeiras, invadindo as residências: “[...] muitos eram apanhados de surpresa, na hora do descanso, da chegada em casa [...] quando por lá apareciam, já ‘estavam no papo’ [...] a astúcia policial apanhara cerca de 800 capoeiras, nos primeiros dias [...]”.

Colocados em navios da Marinha foram exilados para Fernando de Noronha. (FERRAZ. 1952: 40. BRETAS. 1989)

A concretização da repressão às *classes perigosas*, isto é aos indivíduos que viviam no mundo da *desordem*, foi o mecanismo utilizado para controlar a *cidade negra*, ameaça constante à *cidade branca, européia e civilizada*. Assim, o Rio de Janeiro ingressava na fase republicana adequado às normas das elites no que concerne à *limpeza* das ruas. A eliminação da *Guarda Negra* e dos demais capoeiras fazia parte da estratégia de *civilizar* a cidade, depurando-a de suas mazelas e, ao mesmo tempo, prepará-la para o século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Wlamira R. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites – séc. XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BERGSTRESSER, Rebecca B. *The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, 1880-1889*. Tese de Doutorado. Stanford: Stanford University, 1973.
- BRETAS, Marcos. *A queda do império da navalha e da rasteira*, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1989.
- CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CONRAD, Robert E.. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Sobre o analfabetismo e a relação entre o autor e o público leitor, consultar: DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*, São Paulo: Cia. das Letras, 1990, ps. 210/212.
- DAIBERT, Robert Júnior. *Isabel, a “Redentora” dos escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.
- DIAS, Luiz Sérgio. *Quem tem medo da Capoeira? Rio de Janeiro, 1890-1904*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. 2ª ed., 5 vols., Rio de Janeiro: Conquista, 1957
- FERRAZ, Mário Sampaio. *Subsídios para a biografia de Sampaio Ferraz*. São Paulo: Rothschild Loureiro, 1952.

GOMES, Flávio dos Santos “No meio de águas turvas (Racismo e Cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte). (1888-1889)” in *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro (21): 75/96, dezembro de 1991.

-----*Negros e política*. (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOULART, Paulo Cezar Alves. “A venda de jornais no século XIX”, in: *Leitura*, 5(57), São Paulo, fevereiro/1987.

JARDIM, Antonio da Silva. *Propaganda Republicana (1888-1889)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Conselho Federal de Cultura, 1978.

KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*, (1883). São Paulo: EDUSP/Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

MACHADO, Humberto F. “A Guarda Negra no Contexto Urbano do Rio de Janeiro”, in *Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Porto Alegre: SBPH, 1992.

----- “O Abolicionismo ‘ganha as ruas’ no Rio de Janeiro”, in *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, 1998.

----- “Encontros e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos ‘Republicanos de 14 de Maio’”, in *Linguagens e Práticas da Cidadania no Século XIX*. RIBEIRO, Gladys Sabina & FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz (orgs.). São Paulo: Alameda, 2010.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ/São Paulo: EDUSP, 1994.

MAGALHÃES JR., Raimundo. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969.

MATTOS, Augusto Oliveira. *A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da Redemptora no ocaso do Império (Rio de Janeiro 1888-1889)*. Dissertação de Mestrado em História. UNB. Brasília, 2006.

MIRANDA, Clícia Maria Augusto. *Guarda Negra da Redentora: verso e reverso de uma combativa associação de libertos*. Dissertação de Mestrado em História. UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Guarda Negra: Perfil de uma Sociedade em Crise*. Campinas, M.L.S.R. Ricci, 1990.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De "papa-pecúlios" a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese de Doutorado em História, Unicamp, Campinas, 2006.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

----- *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Edit. da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social, 2001.

VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de. *República Sim, Escravidão Não: o Republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República. (1888-1905)*. Dissertação de Mestrado em História, UFF. Niterói, 2011.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL